



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**ATO GP N. 14, DE 31 DE JANEIRO DE 2024**

*Institui o Subcomitê de Gestão Socioambiental e do Plano de Logística Sustentável, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências.*

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a [Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021](#), sobre Licitações e Contratos Administrativos, traz, dentre os objetivos do processo licitatório, o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável;

CONSIDERANDO a [Resolução n. 347, de 13 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\)](#), que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário, especificamente, o art. 5º, o qual estabelece o Plano de Logística Sustentável (PLS) como instrumento de governança em contratações públicas do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a [Resolução n. 400, de 16 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\)](#), que dispõe sobre a política de sustentabilidade, no âmbito do Poder Judiciário, a qual estabelece que o Plano de Logística Sustentável (PLS) é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário e aos Planos Estratégicos dos órgãos, bem como à Política de Governança de Contratações do órgão;

CONSIDERANDO o [Ato Conjunto CSJT.TST.GP n. 24, de 13 de novembro de 2014](#), que institui a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho (PNRSJT);

CONSIDERANDO a [Resolução n. 364, de 29 de setembro de 2023, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho \(CSJT\)](#), que dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO o [Ato GP n. 26, de 5 de junho de 2019](#), que redefine a Política Ambiental, estabelecendo princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes a serem observados nas ações institucionais de responsabilidade socioambiental, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2);

CONSIDERANDO o teor da [Resolução n. 325, de 11 de fevereiro de 2022, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho \(CSJT\)](#), que institui a Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, e a necessidade de racionalizar e padronizar a estrutura de colegiados temáticos na Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO que a alteração da espécie ou da nomenclatura de um colegiado temático não prejudica o cumprimento de sua finalidade institucional, quando preservadas a composição e as atribuições originárias, bem como que o TRT-2, ao promover a padronização da nomenclatura e da espécie dos colegiados, na forma [Resolução n. 325, de 2022, do CSJT](#), zelou pela manutenção da composição e das atribuições dos colegiados temáticos instituídos por determinação do CNJ;

CONSIDERANDO a necessidade de integração das competências da Comissão Permanente de Gestão Socioambiental, reformulada pelo [Ato GP n. 35, de 9 de agosto de 2019](#), e da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) do TRT-2, reformulada pelo [Ato GP n 17, de 11 de abril de 2022](#), consoante deliberação da reunião dos colegiados respectivos, realizada em 16 de outubro de 2023,

RESOLVE:

## CAPÍTULO I

### DO OBJETO

Art. 1º Instituir o Subcomitê de Gestão Socioambiental e do Plano de Logística Sustentável (SubGSPLS), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), vinculado ao Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (CPLS).

## CAPÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O SubGSPLS será composto pelos seguintes membros:

- I - Desembargador(a) do Trabalho, que o presidirá;
- II - Magistrado(a) de 1º grau de Jurisdição;
- III - titular da Diretoria-Geral da Administração;
- IV - titular da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão;
- V - titular da Seção de Sustentabilidade;
- VI - titular da Seção de Acessibilidade e Inclusão;
- VII - titular da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- VIII - titular da Seção de Gestão de Indicadores Institucionais;
- IX - titular da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações;
- X - titular da Coordenadoria de Material e Logística;
- XI - titular da Secretaria de Comunicação Social;



XII - titular da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial;

XIII - titular da Coordenadoria de Gestão Imobiliária;

XIV - titular da Coordenadoria de Manutenção e Projetos;

XV - titular da Secretaria de Segurança e Transporte;

XVI - titular da Divisão de Transporte Institucional;

XVII - titular da Coordenadoria de Serviços Integrados à Promoção da Qualidade de Vida;

XVIII - titular da Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC;

XIX - titular da Coordenadoria de Gestão e Criação de Conteúdos Digitais no Ensino à Distância;

XX - integrante da Assessoria Jurídico-Administrativa do TRT-2;

XXI - integrante da Central de Mandados da Unidade de Apoio Operacional (UAO) de São Paulo.

§ 1º Os membros referenciados nos incisos I e II deste artigo serão, respectivamente, coordenador(a) e vice-coordenador(a).

§ 2º Os membros indicados nos incisos I, II, XX e XXI deste artigo serão nomeados em portaria específica, com vigência temporária, limitada à duração do mandato da Administração eleita.

§ 3º Os(As) integrantes desempenharão suas atividades sem prejuízo das respectivas funções administrativas ou jurisdicionais.

§ 4º Nas ausências e impedimentos, os(as) titulares das unidades serão representados(as) por seus substitutos(as).

### CAPÍTULO III

#### DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições do SubGSPLS:

I - propor ações e elaborar políticas, programas e projetos de responsabilidade socioambiental, no âmbito do TRT-2, que estejam alinhados ao seu Planejamento Estratégico;

II - promover a efetividade da Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT-2;

III - planejar e coordenar programas e projetos de sustentabilidade, para adequação de ações do TRT-2 aos parâmetros de sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural;

IV - coordenar ações e campanhas de sustentabilidade que estimulem o comportamento proativo do corpo funcional e dos(as) jurisdicionados(as);

V - propor convênios e parcerias com outras instituições que contribuam para o fortalecimento da cultura da responsabilidade socioambiental, bem como o envolvimento e desenvolvimento da



comunidade;

VI - propor, implementar e fomentar ações relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito do TRT-2;

VII - receber e avaliar propostas do corpo funcional, usuários(as) ou partes interessadas relacionadas à responsabilidade socioambiental, no âmbito do TRT2.

Art. 4º O SubGSPLS deverá, ainda:

I - deliberar sobre os indicadores e metas do PLS do TRT-2;

II - avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS do TRT-2, elaborados pela Seção de Sustentabilidade;

III - propor a revisão do PLS do TRT-2;

IV - sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas e da realização das ações propostas no PLS do TRT-2;

V - apoiar ações fomentadas pela Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão que estimulem:

a) o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;

b) o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;

c) a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados;

d) a promoção das contratações sustentáveis;

e) a gestão sustentável de documentos e materiais;

f) a sensibilização e capacitação do corpo funcional e de outras partes interessadas em relação à responsabilidade socioambiental, direitos humanos e promoção do desenvolvimento sustentável;

g) a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

h) a promoção da equidade e da diversidade;

i) a inclusão social;

j) o controle de emissão de dióxido de carbono, no âmbito do TRT2.

§ 1º Os resultados alcançados serão avaliados, pelo menos uma vez ao ano, e devem compor o relatório de desempenho do PLS do TRT-2.

§ 2º O SubGSPLS proporá a revisão do plano, que será promovida pela Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 (dois) anos.



Art. 5º Cabe ao(à) coordenador(a) do SubGSPLS:

- I - convocar ou fazer convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - comparecer em todas as reuniões, pessoalmente ou representado pelo(a) vice-coordenador(a);
- III - estabelecer e fazer cumprir cronograma de atividades;
- IV - zelar pela eficiência do colegiado;
- V - mediar conflitos no âmbito do colegiado;
- VI - imprimir celeridade aos processos de deliberação;
- VII - assinar as atas de reunião.

## CAPÍTULO IV

### DA UNIDADE DE APOIO EXECUTIVO

Art. 6º A Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão atuará como Unidade de Apoio Executivo (UAE) do colegiado temático.

§ 1º Cabe à UAE:

- I - prestar apoio técnico no planejamento de ações e na proposição de projetos de sustentabilidade;
- II - receber, organizar e registrar em pauta os assuntos a serem debatidos nas reuniões;
- III - enviar aos membros do colegiado as pautas e demais documentos necessários para a realização da reunião;
- IV - convidar os membros para reuniões convocadas pelo(a) coordenador(a) ou por 1/3 (um terço) dos membros do colegiado;
- V - providenciar os recursos físicos e tecnológicos para as reuniões;
- VI - redigir as atas das reuniões;
- VII - incluir as atas e demais entregas no sistema Processo Administrativo Virtual (Proad), por meio de preenchimento de formulário próprio, com o assunto “atas e demais entregas dos colegiados”, para colher a assinatura eletrônica do(a) coordenador(a) ou, na sua ausência, do(a) vice-coordenador(a), e para encaminhar os referidos documentos à Seção de Divulgação de Informações Técnicas (SDIT) para divulgação na página do colegiado no portal eletrônico do TRT-2, observando-se o prazo estipulado no art. 8º, § 2º deste Ato;
- VIII - monitorar o conteúdo e a vigência dos atos normativos referentes ao colegiado;
- IX - providenciar e fornecer informações a respeito do colegiado, quando requeridas por parte interessada;

X - reportar à presidência do TRT-2, até o quinto dia útil de cada mês, as atividades desenvolvidas pelo colegiado temático, por meio do preenchimento de formulário específico, disponível em <https://forms.gle/Af6WmqHCnT38Yuvq5>;

XI - solicitar o desarquivamento das atas e demais entregas dos colegiados, quando necessário, por meio de pedido complementar no Proad realizado no processo administrativo respectivo.

§ 2º Cabe ao(à) titular da UAE:

I - zelar pelo cumprimento das atribuições estabelecidas no § 1º deste artigo;

II - manter atualizadas as informações do colegiado no portal eletrônico do TRT-2, inclusive no que diz respeito ao conteúdo e à vigência dos atos normativos;

III - dar ciência ao(à) coordenador(a) do colegiado sobre eventual inobservância da periodicidade de realização das reuniões ordinárias;

IV - reportar ao(à) coordenador(a) as ocorrências que possam dificultar, direta ou indiretamente, a realização de reuniões do colegiado e/ou a divulgação dos documentos por ele produzidos; e

V - reportar à Presidência do TRT-2 as ocorrências a que faz referência o inciso IV deste parágrafo, em caso de omissão do(a) coordenador(a).

§ 3º Para cumprimento do disposto no § 1º, VI, deste artigo, será disponibilizada certidão, extrato ou cópia, preservada a informação sob sigilo, mediante tarja ou outro recurso equivalente, quando o documento não for ostensivo no seu todo ou em parte.

## CAPÍTULO V

### DAS REUNIÕES

Art. 7º As reuniões ordinárias do SubGSPLS ocorrerão, no mínimo, bimestralmente e, de forma extraordinária, sempre que houver necessidade, a critério da coordenação do subcomitê.

§ 1º A convocação para as reuniões ordinárias dar-se-á mediante envio de mensagem ao correio eletrônico funcional de cada membro do colegiado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data designada para a reunião.

§ 2º A convocação para reunião extraordinária dar-se-á por qualquer meio admitido em direito, dispensada a exigência de antecedência mínima.

§ 3º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou remota.

§ 4º Poderão participar como convidados(as) colaboradores(as), sem direito a voto, representantes de órgãos ou unidades organizacionais da instituição e profissionais de outras organizações ligadas a campo de conhecimento afim.

## CAPÍTULO VI

### DAS PAUTAS E ATAS DE REUNIÃO

Art. 8º As atas conterão, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a data, o horário e o local da reunião;
- II - o breve relato das manifestações ocorridas durante a reunião;
- III - as deliberações tomadas;
- IV - o(a) responsável pelo cumprimento de cada deliberação;
- V - os nomes dos participantes.

§ 1º As pautas poderão integrar o conteúdo das atas de reunião, em vez de serem apresentadas em documento à parte.

§ 2º As pautas e as atas serão disponibilizadas no portal eletrônico do TRT-2, até 10 (dez) dias após realizada a reunião.

§ 3º Cabe à UAE diligenciar para que o prazo estabelecido no § 2º deste artigo seja atendido.

## CAPÍTULO VII

### DO QUÓRUM DE REUNIÃO E DO QUÓRUM DE VOTAÇÃO

Art. 9º Para instalar-se reunião do colegiado, será exigido quórum de metade mais um de seus membros, presente o(a) coordenador(a) ou o(a) vice-coordenador(a).

Art. 10. As deliberações do colegiado serão tomadas por maioria simples, considerado o número de membros presentes na reunião.

Parágrafo único. Como critério de desempate, considera-se qualificado o voto do(a) coordenador(a).

## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As menções, em atos vigentes do TRT-2, à Comissão Permanente de Gestão Socioambiental e à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) serão consideradas como tendo sido feitas ao SubGSPLS.

Art. 12. Fica revogado o [Ato GP n. 35, de 9 de agosto de 2019](#).

Art. 13. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

BEATRIZ DE LIMA PEREIRA  
Desembargadora Presidente do Tribunal

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.